

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) EM CORUMBÁ E LADÁRIO¹

Thaís Monteiro do Nascimento²
Mônica de Carvalho Magalhães Kassar³

Resumo

A literatura ressalta a importância crescente da inclusão escolar para alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE), destacando a realização do atendimento educacional especializado para a efetivação da Educação Inclusiva. Apesar disso, há uma lacuna nas informações sobre a realização desses recursos. Este trabalho tem como objetivo geral verificar a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Corumbá e Ladário, e como objetivos específicos: Identificar formas de AEE; Conhecer a estrutura oferecida pelas escolas aos alunos; e Conhecer o número de alunos atendidos. Para o alcance desses objetivos, foram realizadas as seguintes etapas: 1. Estudo da literatura sobre o tema e de documentos orientadores nacionais sobre o oferecimento de atendimento educacional especializado; 2. Contato com as secretarias municipais de educação de Corumbá e Ladário; 3. Levantamento dos dados relativos ao funcionamento das formas de atendimento educacional especializado nos dois municípios. A pesquisa buscou ampliar reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas, com o intuito de colaborar para a construção de uma educação equitativa e de qualidade.

Palavras-chave: Sala de Recursos (AEE); Inclusão; Corumbá e Ladário.

Introdução

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais tem ganhado crescente importância na sociedade contemporânea. Este estudo foca a educação em Corumbá e Ladário, municípios situados no estado de Mato Grosso do Sul. Corumbá, com sua população de aproximadamente 96.268 pessoas no Censo de 2022, abriga um considerável contingente de estudantes matriculados nas 35 escolas municipais. De maneira semelhante, Ladário, atualmente possui população estimada em 23.689 e também apresenta uma significativa presença de estudantes matriculados suas escolas municipais. Cabe esclarecer que, em ambos os municípios, o Ensino Fundamental, especialmente até o quinto ano, ocorre principalmente sob

¹ Registramos a colaboração fundamental da professora Mestra Kariny Araujo Delgado Trovo, especialmente nos últimos meses de desenvolvimento deste trabalho.

² Estudante de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal. Thaismonteiroalvarenga16@gmail.com.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal. Colaboradora. monica.kassar@ufms.com.

responsabilidade das redes municipais. E é principalmente para essa população que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é oferecido.

Essas informações oferecem um panorama inicial da dimensão educacional desses municípios, fornecendo uma base para a análise mais específica sobre a organização do AEE. Este estudo visa não apenas compreender a estrutura educacional geral, mas também a forma como esses municípios atendem alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE), que, segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), é composta de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Para Braun e Marin (2016), a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que é considerado o público-alvo da Educação Especial, tem sido cada vez mais valorizada e buscada em nossos dias. A sala de recursos multifuncionais surge como um espaço fundamental dentro da lógica de inclusão, pois é neste espaço que, prioritariamente, são realizados os atendimentos educacionais especializados (AEE) e individualizados aos alunos, que podem contribuir significativamente para a promoção de seu desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social.

Poker *et al.* (2013) afirmam que as salas para Atendimento Educacional Especializado (AEE), que nos documentos nacionais (BRASIL, 2008) são denominadas de salas de recursos multifuncionais, são espaços escolares destinados a oferecer atendimento especializado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essas salas são equipadas com recursos pedagógicos, tecnológicos e humanos para promover a inclusão escolar e garantir o acesso à educação de qualidade para todos os alunos.

Segundo Poker *et al.* (2013), no AEE, o aluno recebe um atendimento especializado e individualizado, que pode incluir atividades de estimulação sensorial, cognitiva, motora e emocional. Os professores que desenvolvem o AEE também devem oferecer orientação aos demais professores da escola. O objetivo é desenvolver habilidades específicas e potencialidades do aluno, visando sua autonomia, inclusão e aprendizagem.

No entanto, ainda existe uma carência de informações e reflexões acerca das características do AEE oferecido e da importância da sala de recursos multifuncionais

e dos recursos pedagógicos, tecnológicos e humanos necessários para garantir um ambiente educacional inclusivo e de qualidade. Além disso, é preciso discutir práticas pedagógicas inclusivas que vão além da simples inclusão física de alunos com deficiência, mas que visem a garantia de acesso a uma educação orientada por uma perspectiva de direitos, que respeite as diferenças e potencialidades de cada aluno (Braun; Marin, 2016).

Dessa forma, justifica-se a importância do tema “Atendimento Educacional Especializado” para a realização deste trabalho, como forma de ampliar as reflexões e os debates acerca da inclusão escolar, bem como de fomentar o conhecimento de boas práticas pedagógicas que possam contribuir para uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. É necessário conscientizar a sociedade e a comunidade escolar sobre a importância de promover ações que garantam a inclusão desses alunos e, assim, construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Para Pasion, Mendes e Cia (2017), as salas de recursos multifuncionais devem oferecer um ambiente de aprendizagem acessível e inclusivo, que respeite as diferenças individuais e promova a convivência harmoniosa entre alunos com e sem deficiência. As atividades nas salas de recursos multifuncionais são complementares às das salas de aulas comuns e devem ser planejadas em consonância com o projeto pedagógico da escola e com o atendimento às diretrizes curriculares nacionais. Considerando esses aspectos, esta pesquisa tem os seguintes objetivos:

1.1 OBJETIVOS

Verificar através do estudo a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Corumbá e Ladário, identificando as formas de AEE oferecidas nas escolas, bem como sua estrutura e atendimento.

2. METODOLOGIA

Na realização e composição teórica do trabalho, seguiu – se à leitura específica sobre o tema exposto, documento norteadores sobre atendimento educacional especializado, seus princípios e diretrizes.

Houve contatos com as secretárias de educação de Corumbá e Ladário com em prol de levantamento de dados sobre salas de recursos multifuncionais nos municípios, mediante esse contexto, ajudou a levantar pontos cruciais, sobre números de profissionais da área, salas de recursos em uso, números de alunos presentes no contexto educacional.

No que se refere à análise dos dados, a pesquisa utilizou a metodologia exploratória e descritiva, visto que, segundo Gil (1996), proporciona uma proximidade com a questão que está em pauta.

Para a obtenção das informações referentes ao município de Corumbá e Ladário, foram adotados procedimentos formais de solicitação, visando assegurar a transparência e legitimidade do processo de coleta de dados. Foram enviadas cartas de apresentação ao Senhor Genilson Canavarro de Abreu, Secretário Municipal de Educação de Corumbá-MS, e à Senhora Elizama Medina de Ávila, Secretária Municipal de Educação de Ladário - MS.

As referidas cartas foram fornecidas pelo Diretor do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como meio formal de apresentação e autorização para a busca de informações relevantes ao trabalho.

3. A Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A educação especial busca oferecer recursos e estratégias educacionais para que alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superlotação possam participar ativamente do ambiente escolar e desenvolver suas habilidades de forma autônoma e independente. Com a implementação da educação inclusiva no Brasil, os sistemas educacionais devem tornar-se mais acessíveis e equitativos, colaborando para que a sociedade seja mais inclusiva e diversa.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com o Glossário da Educação Especial Censo Escolar 2022 do MEC/INEP, tem como função

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos (MEC/INEP, 2022).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), a educação inclusiva deve ser oferecida em todas as etapas e modalidades de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior, e deve ser pautada no respeito à diversidade e na busca pela eliminação de barreiras para a aprendizagem e participação dos alunos.

Para que a educação inclusiva seja implementada de maneira efetiva, é necessário que as políticas educacionais levem em consideração as necessidades específicas de cada aluno e ofereçam recursos e estratégias adaptadas às suas características individuais. Para isso, é fundamental que as escolas contem com profissionais capacitados para atender as necessidades educacionais especiais de seus alunos.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a formação de professores é um dos principais eixos para garantir a inclusão educacional de alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, que é o público-alvo da educação especial.

Outro ponto fundamental para a educação inclusiva é a colaboração entre as famílias, comunidade e escola. A parceria entre esses atores é fundamental para que haja uma atuação conjunta e integrada em prol dos alunos com necessidades especiais, buscando atender suas demandas e garantir que sua inclusão seja efetiva e significativa (Aragão, 2023).

Portanto, a educação especial deve ser entendida como uma estratégia para possibilitar o acesso e a participação de alunos no ambiente escolar, garantindo que as diferenças e especificidades de cada um sejam respeitadas e acolhidas. Nesse sentido, a educação inclusiva é uma importante ferramenta para promover a equidade e a diversidade em nossas escolas e na sociedade como um todo.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), é fundamental que todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades educacionais especiais, sejam matriculados em classes comuns do ensino regular. Isso significa que a inclusão deve ocorrer dentro do próprio sistema educacional regular, evitando a

segregação e a exclusão dos alunos com deficiência. O documento da política também adverte que alguns alunos necessitam de suporte adicional para alcançar seu pleno potencial, e, para isso, estabelece a criação de salas de recursos multifuncionais. Essas salas são espaços especializados dentro das escolas, que oferecem Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno. Elas são destinadas a atender as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial e podem fornecer recursos materiais, atendimentos individualizados, apoio pedagógico e psicossocial (Brasil, 2008). A proposta é que o aluno frequente a sala de aula comum em um período e, no contraturno, seja atendido em uma sala de recursos multifuncionais.

Com essas ações, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva no Brasil busca garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, promovendo uma educação de qualidade e equitativa. A inclusão educacional é considerada um princípio fundamental, visando a valorização da diversidade e a eliminação de barreiras que possam impedir o pleno desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Brasil, 2008).

Como já dito, nas salas de recursos multifuncionais são desenvolvidos os Atendimentos Educacionais Especializados (AEE). Para entender as diferentes formas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas Anísio Teixeira (INEP) possui documentos orientadores e glossários que são enviados anualmente às escolas para orientação dos registros no Censo Escolar.

O AEE desempenha um papel fundamental na inclusão educacional, proporcionando condições adequadas para que todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades específicas, possam participar de forma plena e efetiva no processo de ensino-aprendizagem (MEC/INEP, 2022). Como já mencionado, a sala de recursos multifuncionais é o espaço prioritário para o oferecimento do AEE, por ser especialmente equipada. Esses espaços contam com recursos pedagógicos e materiais adaptados para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Outros locais de oferecimento de AEE são a Classe Hospitalar e o Atendimento Domiciliar. Estas formas são destinadas a alunos que não podem frequentar a escola

devido a problemas de saúde, hospitalização ou necessidade de tratamentos médicos e busca garantir o acesso e a continuidade da educação desses estudantes.

Além disso, o Censo Escolar registra a presença de Profissionais de Apoio, que auxiliam os estudantes com deficiência em suas atividades diárias. Esses profissionais podem atuar tanto dentro da sala de aula como em outros espaços da escola, proporcionando um ambiente inclusivo e adaptado às necessidades individuais dos alunos.

O Glossário da Educação Especial do Censo Escolar de 2022, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), serve de referências às escolas para que as informações sejam completadas corretamente no Censo Escolar. Nesse documento são apresentados conceitos importantes relacionados às atividades (Inep/MEC, 2022). Os tipos de atividades de AEE coletados no Censo Escolar são: Desenvolvimento de funções cognitivas; Desenvolvimento de vida autônoma; Enriquecimento curricular; Ensino da informática acessível; Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras); Ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua; Ensino das técnicas de cálculo no Soroban; Ensino do Sistema Braille; Ensino de técnicas de orientação e mobilidade; Ensino do uso da comunicação alternativa e aumentativa (CAA); e Ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos.

3.1 Tipos de AEE

Além de explicitar os tipos de Atendimento Educacional Especializado, o Glossário também explica cada um dos tipos. Entre as atividades, o *desenvolvimento de funções cognitivas* é um pilar fundamental na educação. Trata-se da articulação de estratégias que têm como objetivo primordial a promoção da autonomia e independência dos alunos em face das diversas situações que encontram no contexto escolar. A ampliação dessas estratégias assume um papel de destaque, pois não só empodera os estudantes, mas também fomenta uma maior interação entre eles.

O Glossário esclarece que no âmbito educacional, as funções cognitivas abrangem uma variedade de habilidades mentais, como o raciocínio lógico, a memória, a atenção, a criatividade e a resolução de problemas. Através de abordagens pedagógicas que estimulam o desenvolvimento dessas capacidades, os educadores capacitam os alunos a se tornarem aprendizes autônomos e críticos. A colaboração entre os alunos desempenha um papel crucial nesse processo. Ao

compartilhar estratégias e experiências, eles não apenas fortalecem seu próprio aprendizado, mas também contribuem para a construção coletiva de conhecimento na sala de aula. A troca de perspectivas e ideias enriquece o ambiente educacional, transformando-o em um espaço onde a diversidade de pensamento é valorizada (Inep/MEC, 2022).

O *desenvolvimento de uma vida autônoma* é uma outra atividade prevista, essencial na formação de todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades ou necessidades específicas. Trata-se de um processo que visa capacitar os alunos a aproveitarem plenamente os recursos sociais, culturais, recreativos, esportivos e outros, disponíveis no ambiente escolar, com autonomia, independência e segurança. O *desenvolvimento da vida autônoma* pode ser realizado com ou sem a utilização de tecnologia assistiva (TA), que é um conjunto de recursos, dispositivos e estratégias que auxiliam as pessoas com diversas necessidades, proporcionando-lhes maior acessibilidade e independência em suas atividades diárias. No contexto escolar, a TA desempenha um papel vital ao permitir que os alunos superem barreiras, especialmente as relacionadas com a acessibilidade, e alcancem seu potencial máximo (Inep/MEC, 2022).

O Glossário ressalta que autonomia e independência são elementos-chave nesse processo e esses aspectos manifestam-se quando os alunos são capacitados a realizar uma variedade de tarefas e atividades com maior autoconfiança e eficiência, contribuindo para o desenvolvimento de sua autoestima e senso de realização. Isso inclui, por exemplo, a capacidade de se deslocar de forma independente dentro da escola, participar de atividades extracurriculares, acessar materiais educacionais de forma autônoma e interagir com seus colegas de maneira inclusiva (Inep/MEC, 2022).

Outra possibilidade de AEE é o *enriquecimento curricular*, que visa aprimorar a experiência de aprendizado dos alunos além do currículo acadêmico tradicional. Essa prática envolve a implementação de atividades exploratórias suplementares, cujo propósito é promover o aprofundamento e a expansão do conhecimento em diversas áreas. Uma das principais características do enriquecimento curricular é a realização de projetos de trabalho que abordam temáticas diversificadas. Esses projetos podem abranger áreas como artes, esportes, ciências e muito mais. Através deles, os alunos têm a oportunidade de se envolver em experiências práticas e imersivas que complementam o conteúdo ensinado em sala de aula (Inep/MEC, 2022).

Essas estratégias não se limitam apenas ao ambiente escolar, mas podem ser estendidas para a comunidade local, instituições de educação superior e até mesmo para a prática da pesquisa. Isso significa que o enriquecimento curricular envolve parcerias com diversos atores, incluindo professores, pais, universidades e especialistas em diferentes áreas.

As orientações do Inep levam a entender que o resultado desse enriquecimento é uma educação mais abrangente e significativa, pois com essas atividades, os alunos têm a chance de explorar seus interesses individuais, desenvolver habilidades práticas e, ao mesmo tempo, adquirir um entendimento mais profundo e amplo do mundo ao seu redor. Além disso, essa abordagem promove o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de resolução de problemas, habilidades fundamentais para o sucesso futuro (Inep/MEC, 2022).

O *ensino da informática acessível* é outra atividade prevista crucial no mundo contemporâneo, que visa capacitar os alunos, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas, a utilizarem a tecnologia como um recurso de acessibilidade à informação e à comunicação. Esse ensino envolve o domínio das funcionalidades e do uso da informática para promover a autonomia dos alunos e garantir que todos tenham igualdade de acesso à educação e à informação (Inep/MEC, 2022).

Dentro desse contexto, diversos recursos de acessibilidade desempenham um papel fundamental. Alguns exemplos incluem os leitores de tela e sintetizadores de voz, que tornam o conteúdo digital acessível para pessoas com deficiência visual, permitindo que ouçam o que está na tela. Outros dispositivos previstos para uso são as ponteiras de cabeça, teclados alternativos e acionadores que auxiliam pessoas com limitações motoras a interagir com computadores de maneira eficaz. Além disso, existem softwares específicos projetados para melhorar a acessibilidade, como os que oferecem legendas em tempo real para pessoas surdas ou com deficiência auditiva (Inep/MEC, 2022).

O *ensino da informática acessível* não apenas pode capacitar os alunos a utilizarem esses recursos, mas também poderá incentivá-los a explorar sua criatividade. A realização dessas atividades sustenta-se na premissa de que a tecnologia pode ser uma ferramenta usada para expressar ideias e criar conteúdo. Segundo o Glossário, o desenvolvimento das habilidades relacionadas à informática

acessível não é apenas uma questão de acessibilidade, mas também uma forma de empoderar os alunos para que se tornem participantes ativos e produtivos na era, pois, espera-se que, ao promover o ensino da informática acessível, as escolas contribuam para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas tenham mais oportunidades, independentemente de suas necessidades ou limitações e a diversidade seja valorizada (Inep/MEC, 2022).

Outra atividade prevista é o *ensino da Língua Brasileira de Sinais* (Libras), que desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e da comunicação eficaz entre as pessoas surdas e ouvintes. Esse processo educacional envolve o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que capacitam os alunos a adquirir esse sistema linguístico único, que é de natureza visual-motora (Inep/MEC, 2022).

O documento que chega às escolas explica que Libras é uma língua completa, com sua própria estrutura gramatical. O ensino de Libras não se limita à aprendizagem de gestos e sinais, pois abrange a compreensão profunda das nuances da língua, incluindo a gramática, a sintaxe e os aspectos culturais que a permeiam.

Os educadores que se dedicam a ensinar Libras desempenham um papel fundamental na transmissão desses conhecimentos, que devem ter como meta não se trata apenas capacitar os alunos surdos a se comunicarem eficazmente, mas também de sensibilizar os alunos ouvintes para a língua e a cultura surda. O Glossário esclarece que isso promove a inclusão e o entendimento mútuo entre pessoas com diferentes formas de comunicação (Inep/MEC, 2022).

A importância do ensino de Libras transcende, portanto, as salas de aula e se estende para a sociedade em geral. É um passo fundamental em direção a uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de sua audição, possam interagir plenamente. Além disso, proporciona oportunidades educacionais e profissionais iguais para pessoas surdas, capacitando-as a participar ativamente em todas as esferas da vida (Inep/MEC, 2022).

O *ensino da Língua Portuguesa como segunda língua* relaciona-se ao ensino da LIBRAS e, também, desempenha um papel crucial na educação de alunos surdos que a utilizam como sua língua primária. Esta abordagem educacional visa capacitar esses alunos a adquirir a Língua Portuguesa na modalidade escrita, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para a observação e análise da estrutura dessa língua, seu sistema linguístico, funcionamento e variações (Inep/MEC, 2022).

Os documentos orientadores do Inep explicam que, para alunos surdos, o aprendizado da Língua Portuguesa escrita é um desafio complexo, uma vez que envolve a transição de um sistema linguístico visual-motor (Libras) para um sistema baseado na escrita e na audição, portanto, como ensino de uma segunda língua, essa atividade requer estratégias pedagógicas específicas e sensíveis às necessidades dos alunos, que inclui atividades que promovem a compreensão da gramática, vocabulário, estrutura textual e diferentes estilos de escrita em Português (Inep/MEC, 2022).

Os educadores devem também estar cientes das variações linguísticas que existem na língua e ensinar aos alunos como reconhecê-las e adaptar sua comunicação de acordo com o contexto. Segundo o documento, o objetivo final é capacitar os alunos surdos a serem proficientes em Língua Portuguesa escrita, permitindo-lhes participar plenamente na sociedade, ter acesso a informações, comunicar-se eficazmente por escrito e atingir sucesso acadêmico e profissional. Além disso, essa abordagem reconhece e valoriza a identidade surda e a Língua de Sinais como parte integral da cultura e comunidade surda (Inep/MEC, 2022).

Se LIBRAS é utilizada como linguagem para alunos surdos, para alunos cegos, o Brasil adota do ensino do Braille. O *ensino do Sistema Braille* – outra atividade prevista no Glossário - é uma iniciativa educacional essencial que visa capacitar pessoas com cegueira a ler e escrever de forma independente e eficaz. Este sistema tátil, desenvolvido por Louis Braille no século XIX, permite que pessoas cegas ou com baixa visão tenham acesso ao mundo da literatura, da educação e da informação (Inep/MEC, 2022).

O processo de ensino do Sistema Braille começa com a introdução dos símbolos Braille, que consistem em combinações de pontos em relevo dispostos em células. Os alunos aprendem a identificar e reconhecer esses símbolos através do tato, associando-os a letras, números e até mesmo sinais de pontuação. Ao dominar essas habilidades básicas, os estudantes podem avançar para a leitura de textos em Braille e, posteriormente, para a escrita utilizando a punção ou uma máquina Braille (Inep/MEC, 2022).

O ensino do Sistema Braille engloba a compreensão de estruturas linguísticas e a capacidade de criar e interpretar textos significativos. Essa abordagem proporciona aos alunos com deficiência visual as ferramentas necessárias para se

comunicarem eficazmente e fortalece sua independência e autoconfiança (Inep/MEC, 2022).

Com o foco nos alunos cegos ou com baixa visão, há o *ensino de técnicas de orientação e mobilidade*. Esta atividade tem o objetivo de capacitar os alunos a conduzirem-se com confiança e independência em diferentes espaços e ambientes, em suas vidas cotidianas (Inep/MEC, 2022). O *ensino de técnicas de orientação e mobilidade* engloba um conjunto de atividades focadas em várias habilidades: ensina-se, por exemplo, a usar adequadamente a bengala branca, a identificar sons e como se orientar em ambientes. Com isso, os alunos aprendem a usar suas habilidades auditivas, táteis e cinestésicas para perceber o mundo ao seu redor e são instruídos a interpretar adequadamente informações sonoras, como semáforos, buzinas de carros, ruídos de trânsito e outras pistas ambientais, que são essenciais para a sua segurança (Inep/MEC, 2022).

As orientações do Inep ressaltam que uma das decorrências fundamentais do *ensino de orientação e mobilidade* é a possibilidade de construção de um mapa mental, pelos alunos, dos espaços e ambientes que eles frequentam regularmente. Eles aprendem a criar uma imagem mental precisa dos locais, identificando pontos de referência, obstáculos e direções. Isso ajuda a construir uma base sólida para a locomoção independente (Inep/MEC, 2022).

Quando existe um resíduo de visão, este pode ser utilizado e estimulado. Para isso, *recursos ópticos e não ópticos* desempenham um papel crucial na promoção da acessibilidade nas atividades de leitura e escrita para pessoas com diferentes tipos de dificuldades visuais. Um dos tipos de AEE é justamente o *Ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos*, que visa capacitar o aluno a utilizar uma variedade de ferramentas e técnicas para superar as barreiras visuais, promovendo assim a igualdade de oportunidades na educação (Inep/MEC, 2022).

Entre os recursos ópticos, há uma gama de dispositivos que ampliam a visão: Lupas manuais ou de apoio, que são instrumentos tradicionais para ampliação direta de textos ou objetos; Lupas eletrônicas, que ampliam imagens e fornecer maior nitidez visual; Lentes específicas bifocais; Telescópios e outros dispositivos, que desempenham papéis semelhantes, permitindo que os alunos vejam detalhes com maior clareza (Inep/MEC, 2022).

Os recursos não ópticos têm o objetivo de melhorar o ambiente para a leitura e a escrita, como a iluminação adequada, para reduzir o esforço visual, o plano inclinado, o contraste e a ampliação de caracteres em dispositivos eletrônicos. Há, também, materiais impressos facilitam a leitura, como os cadernos com pauta ampliada, canetas de escrita grossa e o uso de recursos de informática, como leitores de tela e programas de ampliação de texto (Inep/MEC, 2022).

Para o ensino da matemática, há o *ensino das técnicas de cálculo no Soroban*, é uma abordagem educacional que tem raízes na cultura japonesa. O Soroban, também conhecido como ábaco japonês, é um instrumento milenar que auxilia no cálculo através da manipulação de contas em hastes. Este método de ensino é especialmente valioso porque não apenas ensina cálculos matemáticos, mas também promove o raciocínio lógico, a concentração e a agilidade mental. As técnicas do Soroban envolvem a representação de números e a execução de operações matemáticas básicas, como adição, subtração, multiplicação e divisão, de maneira visual e tátil (Inep/MEC, 2022)

No processo de aprendizagem do Soroban, os alunos desenvolvem uma compreensão mais profunda dos conceitos matemáticos, pois precisam desmembrar e reconstruir números durante o cálculo. Isso ajuda a solidificar a base matemática, tornando os alunos mais confiantes em suas habilidades de cálculo mental (Inep/MEC, 2022).

Soroban é utilizado especialmente para o ensino de alunos cegos ou com baixa visão, mas pode ser uma ferramenta inclusiva, usada por pessoas de todas as idades e habilidades. Tanto crianças quanto pessoas adultas podem se beneficiar do ensino das técnicas de cálculo no Soroban, melhorando suas habilidades matemáticas e sua capacidade de resolver problemas de maneira eficiente (Inep/MEC, 2022).

Por fim, o *ensino do uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA)* é uma abordagem pedagógica que visa atender às necessidades comunicativas de alunos que enfrentam desafios na fala, leitura e escrita. A CAA oferece uma variedade de recursos e estratégias para ampliar os canais de comunicação, capacitando esses alunos a se expressarem e se conectarem com o mundo ao seu redor de maneira eficaz (Inep/MEC, 2022).

Entre os exemplos de CAA estão os cartões de comunicação, que consistem em conjuntos de imagens ou símbolos que representam palavras ou conceitos

comuns. Esses cartões permitem que os alunos apontem ou mostrem as imagens para se comunicarem, construindo frases ou expressando suas necessidades e pensamentos. Outra ferramenta é a prancha de comunicação, que pode conter símbolos, letras ou palavras, e fornece uma estrutura visual que ajuda os alunos a selecionar e organizar elementos de comunicação de acordo com suas intenções (Inep/MEC, 2022).

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ.

A Lei Complementar nº. 315, de 16 de dezembro de 2022, institui a Política Municipal de Educação Especial em Corumbá, promovendo a Educação Inclusiva para estudantes com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação na Rede Municipal de Ensino. Os princípios destacam o respeito à dignidade como direito humano, a valorização da diversidade, a compreensão da deficiência como fenômeno sociocultural, e a promoção da autonomia. A lei estabelece a transversalidade da Educação Especial Inclusiva em todas as etapas educacionais e a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado como parte do Projeto Político Pedagógico das unidades educacionais.

A Política Municipal estabelece a criação do Núcleo de Educação Especial e Inclusão (NEEI), que se responsabiliza pela organização e acompanhamento do AEE no município. Detalhadamente, são atribuições específicas do NEEI:

- I - supervisionar, orientar, atender, monitorar e divulgar os serviços que promovam a política de inclusão dos estudantes públicos da Educação Especial no município de Corumbá;
- II - atuar em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania para viabilizar o atendimento especializado aos estudantes;
- III - acompanhar o atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM);
- IV - promover a formação em serviço para os profissionais das salas de recursos multifuncionais, intérprete de Libras, profissional de apoio educacional inclusivo, assessores-técnicos pedagógicos, Técnicos de Organização Escolar II, estagiários e comunidade escolar;

V - dinamizar ações, programas e projetos para a educação inclusiva e inclusão social;

VI - elaborar e manter atualizado o banco de dados dos estudantes e profissionais da Educação Especial Inclusiva;

VII - avaliar a necessidade do profissional de apoio em sala de aula do ensino regular na REME. (Corumbá, 2002, Art. 6º)

Dados coletados com a Secretaria Municipal de Educação de Corumbá registram a matrícula de 545 alunos da educação especial em sua Rede de ensino no ano de 2023. Desses alunos, como se verá à frente, um quantitativo recebe AEE no contraturno escolar.

Os tipos de profissionais presentes no município para atuar no AEE são: 1. Intérprete de Libras; 2. Tradutor de Libras; 3. Professor de apoio inclusivo; 4. Técnico de Organização Escolar II - Técnico de Educação Especial; e 5. V - Professor de Sala de Recursos Multifuncionais. (Corumbá, 2022, Art. 7º).

A figura do professor de sala de recursos multifuncionais destaca-se como um elemento crucial no apoio direto aos estudantes. Ele deve trabalhar em sintonia com a proposta inclusiva dessas salas e com a escola. Esses profissionais desempenham um papel fundamental na implementação de estratégias personalizadas de ensino, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis para otimizar o aprendizado.

A Política Municipal de Educação Especial de Corumbá, prevê o auxílio de estagiários para o desenvolvimento de algumas ações. O intercâmbio entre o estagiário universitário e a rede municipal de educação pode contribuir para a formação de uma nova geração de educadores com uma compreensão mais aprofundada das necessidades e potenciais dos alunos com deficiência.

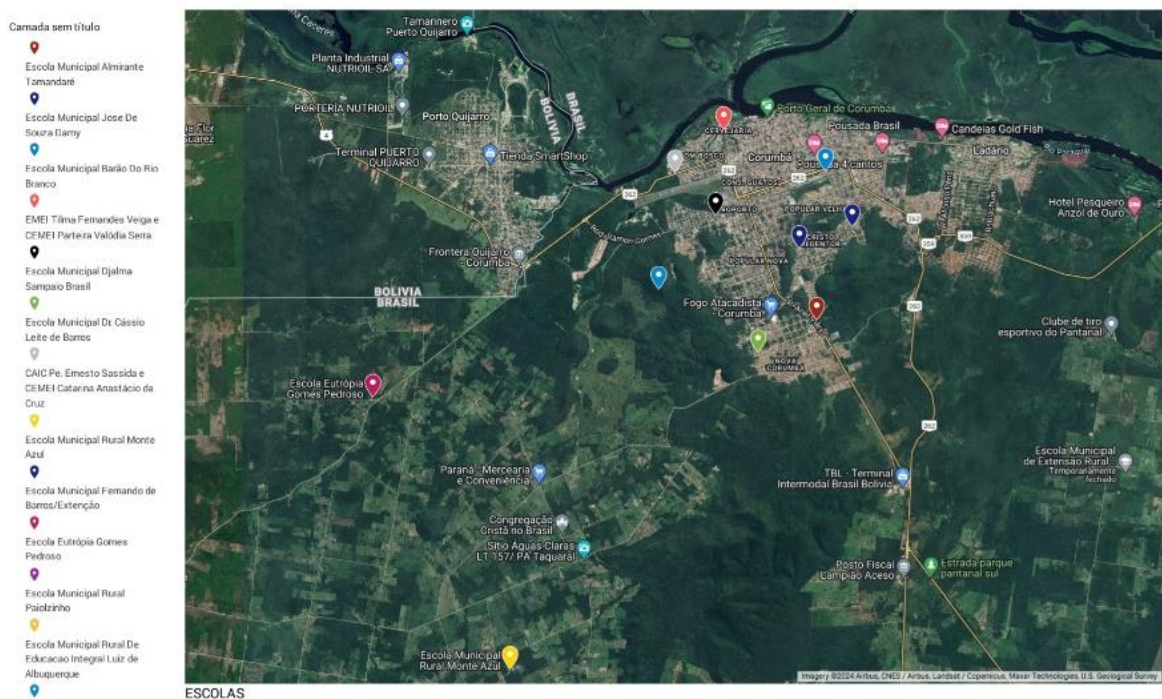
A implementação de salas de recursos multifuncionais nas Escolas Municipais de Corumbá hoje representa um espaço significativo no contexto da Educação Inclusiva. Segundo dados atualizados até setembro de 2023, a rede municipal possui 14 salas de recursos multifuncionais instaladas em 10 escolas da região urbana e duas na região rural. Outras cinco escolas da região rural são atendidas por duas estruturas de salas itinerantes. No total, essas salas atendiam um total de 338 alunos distribuídos em regiões do município em 2023. As escolas da região urbana que possuem salas de recursos multifuncionais são: CAIC Padre Ernesto Sassida, EM Dr.

Cássio Leite de Barros, EM José de Souza Damy, EM Barão do Rio Branco, EM Professor Djalma Sampaio Brasil, EM Tilma Fernandes Veiga, EM Fernando de Barros, EM Izabel Corrêa de Oliveira, EM Clio Proença e EM Almirante Tamandaré. Na região rural, as escolas que possuem salas de recursos multifuncionais são EMR Paiolzinho e EMREI Monte Azul.

Cada sala, com exceção das que possuem professores itinerantes, está sob a responsabilidade de um professor, que deve fornecer recursos específicos para atender às necessidades diversas dos alunos. Os professores itinerantes servem às escolas: EMR Paiolzinho, EMREI Monte Azul, EMREI Polo Eutrópia Gomes Pedroso, EMRI Luís de Albuquerque e EMR Carlos Cárcamo

Há flexibilidade na forma de atendimento, visto que estes podem ocorrer tanto de forma individual quanto em grupos de até 4 alunos, a depender das particularidades de cada estudante. Além disso, a frequência semanal e a duração das sessões, de uma a duas horas, também são elementos estrategicamente planejados para otimizar o aprendizado, levando em consideração tanto a necessidade quanto o espaço físico disponível nas salas. As salas de recursos multifuncionais em Corumbá estão presentes em diferentes regiões, como pode ser observado na figura acima.

ESCOLAS QUE POSSUEM SALAS DE RECURSOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA



Algumas escolas (especialmente em regiões rurais) são atendidas por professores itinerantes, como nas áreas de assentamentos. Esta organização busca

alcançar alunos em contextos mais remotos, assegurando que nenhum estudante seja deixado para trás no processo educacional inclusivo.

Dados repassados pela Secretaria Municipal de Corumbá informa uma equipe de apoio inclusivo composta por: 106 professores de apoio, 10 intérpretes de Libras, 28 técnicos organizacionais, 14 professores de sala de recursos multifuncionais e 34 estagiários.

Os 106 professores de apoio têm a função de proporcionar assistência pedagógica personalizada aos alunos com necessidades especiais.

Os 10 intérpretes de Libras assumem uma posição crucial na quebra de barreiras linguísticas para alunos surdos ou com deficiência auditiva. Esses profissionais devem facilitar a comunicação efetiva, promovendo a participação plena desses alunos em todas as atividades escolares.

Há, também, 28 técnicos organizacionais que deve favorecer suporte logístico e administrativo na garantia de que o ambiente escolar seja eficiente e acessível para todos.

Os 14 professores de sala de recursos multifuncionais devem responsabilizar-se diretamente pela realização das diferentes formas de AEE, nas escolas, especialmente nos espaços dessas salas.

Em 2023, registrou-se a contribuição de 34 estagiários, o que, de um lado oferece uma oportunidade valiosa para esses futuros profissionais se envolverem diretamente na dinâmica inclusiva, mas por outro, a depender do trabalho que desempenham, pode ser indicativo de que eles estejam suprimindo a ausência de profissionais com formação adequada.

Por fim, a Lei Complementar nº. 315, de 16 de dezembro de 2022, reflete um avanço ao estabelecer uma política específica para a Educação Especial em Corumbá. Ao adotar a perspectiva da Educação Inclusiva, a legislação enfatiza princípios fundamentais, como o respeito à dignidade, a valorização da diversidade e a compreensão da deficiência como um fenômeno sociocultural.

Em resumo, a legislação parece ser um passo positivo em direção à inclusão e garantia de direitos educacionais, mas a execução efetiva e contínua será crucial para o sucesso dessa abordagem na prática.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LADÁRIO.

O município de Ladário assim como o de Corumbá possui em sua estrutura educacional leis que promove e garante acesso a alunos da educação especial em suas redes de ensino. Em 2023, o município aprovou a Resolução/SMEL N° 05 de 04 de abril de 2023, que dispõe sobre a inclusão do aluno público-alvo da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Ladário. Essa resolução, explicita o conceito de Educação Especial, delimita seu público-alvo, nos seguintes termos:

Art. 1º Entende-se por Educação Especial a modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e professores quanto à utilização nas turmas comuns do ensino regular.

Art. 2º Considera-se público-alvo da Educação Especial alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (Ladário, 2003)

Ainda, determina as atribuições da equipe técnica:

Art. 19 A equipe técnica educacional especializada possui as seguintes atribuições:

I - Realizar triagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, com emissão de parecer quanto à necessidade e os tipos de apoios e de acompanhamento pedagógico;

II - Identificar a necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e a inclusão escolar;

III - Acompanhar e assegurar um trabalho de orientação, com a equipe técnico pedagógica da unidade escolar em relação aos alunos público-alvo da Educação Especial;

IV - Acompanhar, orientar e subsidiar os procedimentos e metodologias de ensino utilizados pelos auxiliares pedagógicos (estagiários), professores das Salas de Recursos Multifuncionais, professores de Libras (tradutor e intérprete de Libras – língua portuguesa), assistentes de educação infantil e outros que se fizerem necessários para o atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial;

V - Acompanhar, orientar e fornecer subsídios para a elaboração dos documentos específicos utilizados pelos profissionais que atuam nos serviços da Educação Especial;

O Art. 22 faz referência às salas de recursos multifuncionais e ao professor especializado:

Art. 22 A sala de recursos multifuncionais é um ambiente com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado, cujo trabalho é realizado por professores especializados para complementar ou suplementar a formação dos alunos público-alvo da Educação Especial matriculados no ensino regular.

Parágrafo único. É de responsabilidade da unidade de ensino a previsão e provimento da sala de recursos multifuncionais e a guarda, manutenção e aquisição de material de consumo.

Art. 23 O professor especializado atua no atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais e na interlocução com o professor do ensino comum que atende ao aluno público-alvo da Educação Especial.

Art. 24 Para integrar o quadro de reserva de vagas oferecidas para a função de professor especializado da sala de recursos multifuncionais, será realizado processo seletivo simplificado organizado pelo setor de Recursos Humanos/SMEL.

§ 1º Poderão concorrer somente professores com especialização Lato sensu em Educação Especial ou áreas das Deficiências e pelo menos, um vínculo estável e disponibilidade para lotação de mais 20h, totalizando 40h semanais, ou;

§ 2º Profissionais licenciados em Educação, com especialização Lato sensu em Educação Especial ou áreas das Deficiências, com disponibilidade para lotação de 40h semanais.

Mediante essas composições, podemos constatar que o município de Ladário está em plena competência em seus trabalhos que estão voltados para o contexto educacional especializado.

Segundo informações obtidas na Secretaria Municipal de Educação de Ladário, a Rede Municipal de Educação desse município configura-se como um espaço comprometido com a efetiva inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial. Atualmente, a rede dispõe de seis Salas de Recursos Multifuncionais, desempenhando um papel crucial na promoção de práticas inclusivas. Cada uma dessas salas é coordenada por professores especializados, contratados em regime de 40 horas semanais.

A organização do atendimento nas salas de recursos multifuncionais é flexível, permitindo tanto atendimentos individuais quanto em grupos de até cinco alunos. Como a estrutura registrada em Corumbá, essa abordagem também visa atender às necessidades específicas dos estudantes, considerando a similaridade de faixa etária e nível intelectual.

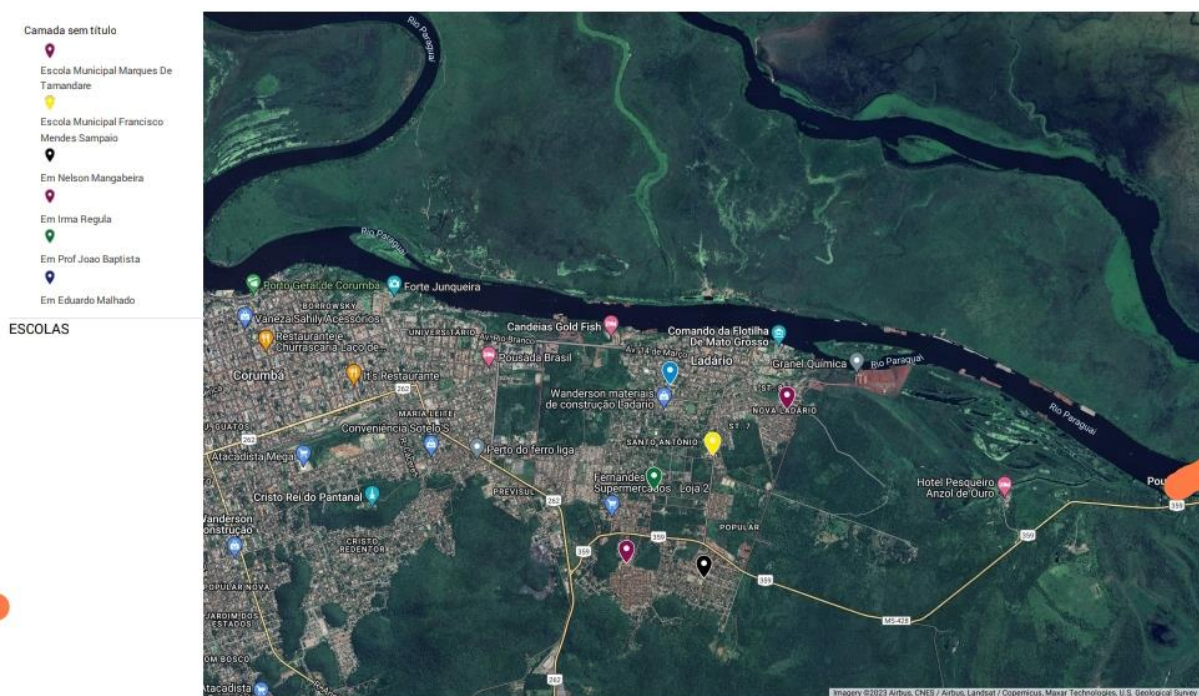
Segundo as informações recebidas, há um Núcleo de Apoio à Educação Especial Inclusiva, vinculado à Secretaria Municipal de Educação. Este núcleo assume a responsabilidade de incluir os alunos público-alvo da educação especial não apenas nas salas de recursos multifuncionais, mas também nas salas de aula comuns. Além disso, deve orientar os responsáveis sobre a possível necessidade de outros atendimentos, seja no âmbito da saúde ou de serviços públicos adicionais.

No tocante à equipe docente, há o registrado de profissionais especializados, incluindo uma professora de Libras e uma professora de Apoio Especializado dedicada a uma aluna com Deficiência Visual. Ambas atuam de maneira integrada em salas de aula comuns, contribuindo para um ambiente inclusivo e facilitador da aprendizagem.

A seguir, apresentamos um panorama das instituições envolvidas na oferta de recursos multifuncionais, destacando o número de alunos atendidos no ano letivo de 2023 em cada sala:

- Eduardo Malhado: 16 alunos atendidos
- Francisco Mendes Sampaio: 16 alunos atendidos
- Irmã Régula: 14 alunos atendidos
- Prof. João Baptista: 17 alunos atendidos (incluindo 01 aluno com Deficiência Visual)
- Marquês de Tamandaré: 14 alunos atendidos (incluindo 01 aluno com Deficiência Auditiva)
- Nelson Mangabeira: 16 alunos atendidos

SALAS QUE POSSUEM SALA DE RECURSOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - LADÁRIO MS



Pretende-se, com essas salas, proporcionar um ambiente educacional inclusivo e adaptado às necessidades específicas de cada aluno, reforçando a importância da colaboração entre a comunidade educacional e os responsáveis pelos estudantes. Em final de novembro de 2023, o número de alunos PAEE matriculados na rede municipal de Ladário era 93.

Essas informações fornecem uma visão geral das práticas inclusivas adotadas em Ladário, alinhadas com os princípios gerais destacados na legislação. A presença de profissionais especializados, a oferta de serviços de apoio pedagógico, e a flexibilidade no atendimento evidenciam o compromisso do município com a promoção da inclusão educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das Salas de Recursos Multifuncionais em Corumbá e Ladário - MS revela aspectos positivos e desafios a serem enfrentados. Entre os pontos favoráveis, destaca-se o comprometimento com a Educação Inclusiva, representado pela

implementação dessas salas. Esses ambientes especializados têm o potencial de oferecer suporte adequado aos estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação.

No entanto, é crucial reconhecer que nem tudo é fácil ou perfeito. Desafios incluem a necessidade de recursos adequados, formação continuada para professores e profissionais, além da promoção de conscientização para superar possíveis resistências à inclusão. A realidade prática pode enfrentar obstáculos, como a falta de infraestrutura, limitações orçamentárias e a complexidade inerente à diversidade de necessidades dos alunos atendidos.

A concretização das Salas de Recursos Multifuncionais enfrenta uma série de desafios que demandam uma abordagem estratégica e proativa. A escassez de recursos adequados, tanto materiais quanto humanos, emerge como uma barreira significativa. Garantir a presença de profissionais capacitados, bem como o fornecimento de materiais específicos para atender às diversas demandas dos alunos, é essencial para o pleno funcionamento dessas salas.

A formação continuada para professores e demais profissionais é uma peça-chave para o sucesso da inclusão. Capacitar a equipe educacional para lidar com as especificidades das necessidades dos alunos, adaptar metodologias e promover ambientes de aprendizagem acessíveis são aspectos fundamentais dessa formação. Além disso, a promoção da conscientização é vital para superar resistências culturais e atitudinais que ainda podem existir em relação à inclusão.

Os desafios não param por aí; a infraestrutura inadequada representa outra questão crítica. Salas de Recursos Multifuncionais demandam espaços adaptados e equipamentos especializados, e a falta dessas condições pode comprometer a eficácia desses ambientes. Limitações orçamentárias, infelizmente, muitas vezes dificultam a obtenção desses recursos necessários.

Assim, ao avaliar a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais, é vital considerar esses desafios como oportunidades para aprimoramento contínuo, buscando soluções criativas e colaborativas para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Portanto, a implementação efetiva das Salas de Recursos Multifuncionais requer uma abordagem abrangente, que vá além da criação física desses espaços. É necessário investimento contínuo em capacitação, recursos pedagógicos e

estratégias inclusivas, visando assegurar que tais salas cumpram sua missão de promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Não foi possível verificar detalhadamente quais formas de AEE estão presentes no cotidiano das escolas da rede municipal de ensino de Corumbá e Ladário. O amplo espectro de Atendimento Educacional Especializado (AEE) delineado pela política brasileira, abrangendo desde o desenvolvimento de funções cognitivas até o uso de recursos ópticos e não ópticos, revela uma abordagem holística na promoção da inclusão e desenvolvimento integral dos alunos com necessidades especiais.

O foco no desenvolvimento de funções cognitivas reflete um compromisso em capacitar os alunos a desenvolver habilidades intelectuais essenciais, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para enfrentar desafios acadêmicos com sucesso. Essa abordagem vai além das limitações, buscando potencializar as capacidades individuais de cada estudante.

A inclusão de atividades voltadas para a vida autônoma destaca a importância de equipar os alunos com as habilidades práticas necessárias para uma participação plena na sociedade. Isso não apenas contribui para sua independência no ambiente escolar, mas também prepara os alunos para uma transição bem-sucedida para a vida pós-escolar.

O enriquecimento curricular demonstra um compromisso em proporcionar experiências educacionais diversificadas, garantindo que os alunos com necessidades especiais tenham acesso a oportunidades enriquecedoras que estimulem seu desenvolvimento global.

A oferta de informática acessível representa um reconhecimento da importância da tecnologia na educação inclusiva. Ao adaptar as tecnologias para atender às necessidades específicas dos alunos, o AEE busca eliminar barreiras e promover a participação igualitária no ambiente digital.

O ensino de Libras e português como segunda língua destaca a importância de garantir que a comunicação seja acessível a todos os alunos, independentemente de suas habilidades auditivas ou linguísticas. Isso não só facilita a interação entre os estudantes, mas também contribui para a construção de uma comunidade escolar inclusiva.

A introdução de técnicas como o cálculo no Soroban e o Sistema Braille atende às necessidades específicas de alunos com deficiência visual, proporcionando-lhes ferramentas essenciais para a compreensão de conceitos matemáticos e linguísticos.

As técnicas de orientação e mobilidade demonstram uma preocupação com a autonomia espacial dos alunos, equipando-os com habilidades práticas para navegar em ambientes diversos.

A inclusão da comunicação alternativa e aumentativa (CAA) é fundamental para garantir que todos os alunos tenham meios adequados para expressar suas ideias e participar ativamente nas atividades escolares.

Essas são formas de AEE que devem estar presentes nas escolas para favorecer ao máximo o desenvolvimento dos alunos. Cabe a pesquisas futuras conhecer a realização dessas ações no cotidiano das escolas de Corumbá e Ladário.

REFERÊNCIAS:

ARAGÃO, A. C. L. Além da sala de aula: parcerias entre professor, família e escola na Educação Inclusiva. **Rebena**. Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, [S. l.], v. 7, p. 218 – 232, 2023. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/146>.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BRAUN, Patricia; MARIN, Márcia. Ensino colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Linhas**, v. 17, n. 35, p. 193-215, 2016.

CORUMBÁ. **Lei complementar nº. 315**, de 16 de dezembro de 2022. “Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para estudantes com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação, da Rede Municipal de Ensino de Corumbá, acresce dispositivo a Lei Complementar nº. 115, de 26 de dezembro de 2007, e dá outras providências”. Corumbá, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996

INEP/MEC. **Glossário da Educação Especial - Censo Escolar 2022**. Brasília-DF, 2022.

LADÁRIO. **Resolução/SMEL n° 05 de 04**, de abril de 2023. Dispõe sobre a inclusão do aluno público-alvo da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Ladário. Diário Oficial N° 3318, 2023.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Aspectos da organização e funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala. **Educação em Revista**, v. 33, p. e155866, 2017.

POKER, Rosimar Bortolini; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MILANEZ, Simone Ghedini Costa; GIROTO, Claudia Regina Mosca. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.